

Revista de Imprensa

01-07-2009

1. 24 Horas, 01-07-2009, "O PS..."	1
2. 24 Horas, 01-07-2009, Jogo escondido	2
3. Correio da Manhã, 01-07-2009, Agenda de Mercado - Versão preliminar acusa BdP	3
4. Destak, 01-07-2009, Relatório preliminar acusa BPN e BdP de não entregarem documentos	4
5. Diário de Notícias, 01-07-2009, Fundação tem participações em várias áreas	5
6. Diário de Notícias, 01-07-2009, Ministério Público quer tirar Henrique Neto da Operação Furacão	6
7. Diário de Notícias, 01-07-2009, Mota Amaral diz que crise no BPP coloca FLAD em risco	8
8. Diário de Notícias, 01-07-2009, Relatório do BPN acusa Constâncio de ocultar dados	10
9. Diário Económico, 01-07-2009, Governo já conseguiu desbloquear moratória para desempregados	11
10. Focus, 01-07-2009, Contagem final	14
11. Meia Hora, 01-07-2009, Relatório preliminar considerado simpático com o Governo e BdP	15
12. Primeiro de Janeiro, 01-07-2009, Relatório acusa BPN, BdP e auditoras	17



## Esta merece RESPOSTA



**O PS quer  
é divulgar  
as conclusões [sobre  
o caso BPN] à  
última hora ||**

**JOÃO SEMEDO**  
ONTEM, AO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

### A RESPOSTA DO COORDENADOR DO PS

- Como viu esta acusação?**  
Não faz sentido. Ainda não há conclusões porque acordámos que só seriam tiradas quando todos os partidos tivessem dado o seu contributo, o que ainda não aconteceu.
- O PS está a tentar proteger Vítor Constâncio?**  
Claro que não. Não há nenhuma protecção. Aquilo que vamos fazer é apenas relatar os factos que apurámos na comissão.
- Vai haver consenso na aprovação do relatório ao caso BPN? Ainda é cedo para dizer, mas penso que dificilmente haverá unanimidade na decisão.**

JOÃO RELVAS/LUSA



Ricardo Rodrigues



ANDRÉ KOSTERS



⇒ Vítor Constâncio não disse tudo à comissão de inquérito

BANCO DE PORTUGAL E BPN ALEGARAM SIGILO

## Jogo escondido

A versão preliminar do relatório da comissão parlamentar de inquérito, da autoria da deputada Sónia Sanfona (PS) acusa o BPN, Banco de Portugal (BdP) e as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PriceWaterHouseCoopers de recusar documentos e informações, escudando-se no sigilo profissional.

Ainda sobre o supervisor, em falta terá ficado também por entregar informação sobre as relações entre o BPN e empresas em *off-shores* comunicadas ao BdP pelo BPN, a solução para o banco proposta por Miguel Cadilhe e a proposta para a nacionalização e documentação sobre a compra do Banco Efisa.

A versão preliminar do relatório final refere ainda que não foram entregues as auditorias ao banco realizadas pela Deloitte e pela Mazars, a lista de créditos malparados, com condições e devedores, assim como os que foram perdoados ou que tenham "usufruído de condições anormais para o mercado português" e as insuficiências detectadas no banco.

As entidades justificaram-se com o sigilo profissional, na modalidade de sigilo bancário e sigilo de supervisão, com o Banco de Portugal a entregar pareceres de dois juristas que defenderam que a comissão não tinha poderes para decidir a quebra de sigilo profissional. ▽



## AGENDA MERCADO

### BPN

#### Versão preliminar acusa BdP

■ A versão preliminar do relatório da comissão de inquérito acusa o BPN, Banco de Portugal (BdP) e as auditoras de recusarem documentos, escudando-se no sigilo profissional. Sobre o BdP, governado por **Vitor Constâncio**, ficou em falta informação sobre as relações entre o BPN e as offshores comunicadas pelo banco, a solução de Miguel Cadilhe e a documentação sobre a compra do Banco Efisa.





## BANCA

## Relatório preliminar acusa BPN e BdP de não entregarem documentos

⊙ A versão preliminar do relatório da comissão parlamentar de inquérito acusa o BPN e o Banco de Portugal (BdP), bem como as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PriceWaterHouseCoopers de recusarem entregar documentos e informações, escudando-se «no sigilo profissional, no sigilo bancário e no sigilo de supervisão».

O esboço do relatório final, da autoria da deputada relatora Sónia Sanfona, a que a Lusa teve acesso, explicita que foi recusada correspondência do BdP com a Deloitte, a Ernest & Young, o BPN e seus administradores, incluindo aquela que inclui os esclarecimentos sobre as operações e os rela-



LUÍS ANICETO

**Alguma informação em falta é sobre relações entre BPN e offshores**

tórios de auditoria às contas do banco.

Em falta terá ficado ainda informação sobre as relações entre o BPN e empresas em offshores comunica-

das ao BdP pelo BPN, a solução para o banco proposta por Miguel Cadilhe e a proposta para a nacionalização e documentação sobre a compra do Banco Efisa. ●



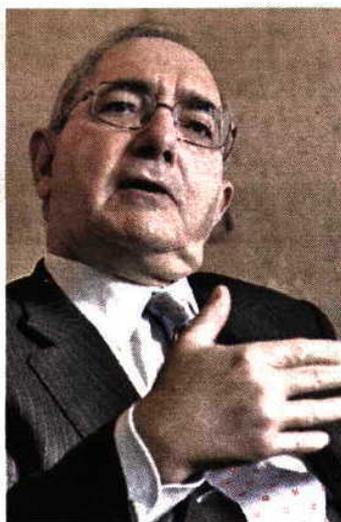
## Fundação tem participações em várias áreas

**Investimento.** Além da banca, dinheiro da FLAD é investido nas energias renováveis, ciência e inovação

Não é só na banca que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) tem investimentos. As participações da fundação, segundo o Relatório e Constas de 2007, estendem-se ainda às áreas das energias renováveis, ciência e tecnologia e design.

Além de ser accionista do BPP (Banco Privado Português), a FLAD teve ainda uma participação na SLN (Sociedade Lusa de Negócios), que controla o BPN, outro banco sob investigação judicial. Como referiu Rui Machete ao DN (ver texto nesta página), a fundação vendeu, em 2007, todas as acções que tinha da SLN, então liderada por José Oliveira Costa, actualmente preso preventivamente.

As participações detidas pela FLAD repartem-se pela Lusenerg, Energias Renováveis (14,50%), na Fomentinvest (15,38%), holding que gere participações de várias fundações portuguesas, no CPD, Centro Português de Desing (4,83%), na Forestland (8%) e na Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (1%). A FLAD tem ainda bolsas de estudo para os EUA e linha de apoio a projectos institucionais. ■C.R.L.



Rui Machete preside à FLAD



# Ministério Público quer tirar Henrique Neto da Operação Furacão

**Processo.** Caso que envolve o empresário já foi enviado ao juiz de instrução com proposta de suspensão. Durante este mês, o procurador Rosário Teixeira vai avançar com mais casos em que os arguidos pagaram os impostos em falta

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

O Ministério Público (MP) quer arquivar o processo do empresário Henrique Neto na Operação Furacão, uma investigação relacionada com suspeitas de fuga aos impostos. Para isso, o dono da empresa Iberomoldes dispôs-se a pagar o valor do imposto em falta apurado no processo, que rondará os 200 mil euros, tal como adiantou ao DN o empresário da Marinha Grande. A decisão final está nas mãos do juiz Carlos Alexandre que, recorde-se, já rejeitou um primeiro pedido, sendo que o Tribunal da Relação de Lisboa revogou esta decisão.

Esta é a segunda vez que, na Operação Furacão, o procurador Rosário Teixeira, que lidera a investigação, decide retirar do processo arguidos e empresas que regularizaram a sua situação fiscal. O mecanismo processual chama-se "suspensão provisória do processo" e obedece a alguns critérios que o MP vê se estão cumpridos, mas que necessita da aprovação do juiz de instrução.

Em declarações ao DN, Henrique Neto confirmou ter sido cons-



Empresário, dono da Iberomoldes, foi constituído arguido na Operação Furacão, mas regularizou a sua situação fiscal

tituído arguido na investigação, salientando que em causa não está a empresa Iberomoldes, mas sim "uma participada", da qual era sócio. "A questão prende-se com uma empresa de Pombal que já não é minha. Eu e os meus antigos sócios pagámos e agora foi proposta a suspensão provisória", acrescentou ainda Henrique Neto.

**Mais suspensões a caminho**  
Até ao final do mês de Julho, segundo informações recolhidas

pelo DN junto de fonte do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), serão ainda levados ao juiz de instrução mais cinco casos.

O primeiro que chegou à mão de Carlos Alexandre, relacionado com o processo da Loja do Gato Preto, foi recusado pelo juiz. Em

causa, tal como o DN adiantou, estava a noção de culpa: o MP defendeu que os responsáveis da empresa admitiram ter colocado dinheiro no estrangeiro, subtraindo-o à Administração Fiscal,

estando dispostos a repor as verbas em falta. Por isso, Rosário Teixeira disse que agiram com "culpa diminuta". Carlos Alexandre, por sua vez, retorquiu, considerando que o comportamento dos arguidos apenas se alterou porque foram "incomodados" por uma investigação judicial. Em causa estavam 10 milhões de euros colocados em bancos no exterior, os quais terão sido obtidos através do esquema de simulação de facturação detectado na Operação Furacão. A Loja do Gato preto e os administradores pagaram ao fisco mais de dois milhões de euros de impostos em falta. Com o

"chumbo" do juiz, o MP recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa que, recentemente, deu provimento à tese do procurador.

O processo da Operação Furacão começou em 2004, na comarca de Barcelos, após uma investigação da Inspeção de Finanças a uma série de empresas do distrito de Braga. Foram detectadas, então, trocas comerciais entre aquelas e outras situadas no Reino Unido. Sempre as mesmas.

A investigação acabou por "descer" de Barcelos para o DCIAP, já que estava em causa um alegado esquema fraudulento praticado em todo País. ■

## MP adere ao choque tecnológico

Depois de ter comprado um 'software' para procurar palavras-chave em milhões de 'e-mails' apreendidos no "Furacão", o Ministério Público colocou à disposição dos advogados computadores para consultarem o processo, sem violar segredos comerciais.

## ADVOGADOS CONSULTAM PROCESSO COM 'LOGIN' E 'PASSWORD'

Num sistema em que as folhas dos processos estão presas por um fio ou agrafadas, foi com alguma surpresa que os advogados dos arguidos da Operação Furacão depararam com um sistema informático concebido pelo Ministério Público para os causídicos consultarem o megaprocesso do DCIAP. Os autos foram todos digita-

lizados e cada advogado tem um login e uma password para consultar apenas as partes do processo que dizem directamente respeito aos clientes. Esta nova fórmula foi adoptada uma vez que dado o material apreendido nas buscas a empresas e bancos, o Ministério Público quer salvaguardar o segredo comercial dos envolvidos, impedindo o acesso, através do processo-crime, a documentos internos uns dos outros.

## JUIZ CARLOS ALEXANDRE MANTÉM-SE NO TRIBUNAL CENTRAL

Pelo menos até ao próximo movimento de juízes, Carlos Alexandre vai manter-se como magistrado titular do Tribunal Central de Instrução Criminal, por onde passam todos os processos mais complexos. O magistrado, segundo apurou o DN, ficou a cerca de 30 lugares de ser colocado como juiz desembargador efectivo no Tribunal da Relação de Évora. Fonte do Conse-

lho Superior da Magistratura explicou ao DN que o juiz poderia ter assumido o lugar de juiz desembargador interino, mas que o próprio não aceitou. Sendo assim, Carlos Alexandre vai manter-se como juiz de instrução dos casos Freeport, Portucal, Operação Furacão e BPN, ao mesmo tempo que acumula a participação em julgamentos na 6.ª Vara Criminal, que em breve deixará o Tribunal da Boa Hora, passando para o Parque das Nações.



## **Procurador quer tirar Henrique Neto da 'Furacão'**

Ministério Público propôs a suspensão do processo para o empresário da Marinha Grande, que regularizou situação fiscal. **BOLSA, pág. 29**



# Mota Amaral diz que crise no BPP coloca FLAD em risco

**Alarme.** Antigo presidente da Assembleia da República questionou o Governo sobre a participação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento no Banco Privado Português (BPP). Mas, Rui Machete, presidente da FLAD, desdramatiza

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

A participação da FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento) como accionista do BPP (Banco Privado Português), com 2,02% do capital, está a criar uma polémica entre duas importantes figuras do PSD: Mota Amaral e Rui Machete. O primeiro considera que, estando o banco em queda e perto da falência, a fundação vai perder dinheiro e a sua actividade fica comprometida. Por sua vez, o presidente da FLAD garantiu ao DN que, nos últimos anos, a ligação ao Banco Privado só deu lucro à fundação.

As preocupações do ex-presidente da Assembleia da República, actualmente deputado do PSD eleito pelos Açores, estão expressas num requerimento enviado ao governo, no qual Mota Amaral começa por dizer que, face à não intervenção do executivo no BPP, se este "falir, os accionistas perderão os valores investidos". Logo, "o investimento da FLAD no BPP revela-se de alto risco, levantando o problema da supervisão por parte do Estado relativamente à mesma, em defesa do interesse público".

No requerimento, assinado conjuntamente com o deputado açoreano Joaquim Ponte, o antigo presidente da Assembleia da República é claro: "Os capitais da FLAD - oriundos de verbas entregues pelo governo dos EUA ao abrigo do acordo sobre a concessão de facilidades militares nos Açores - estão assim ameaçados de redução, agravando as perdas

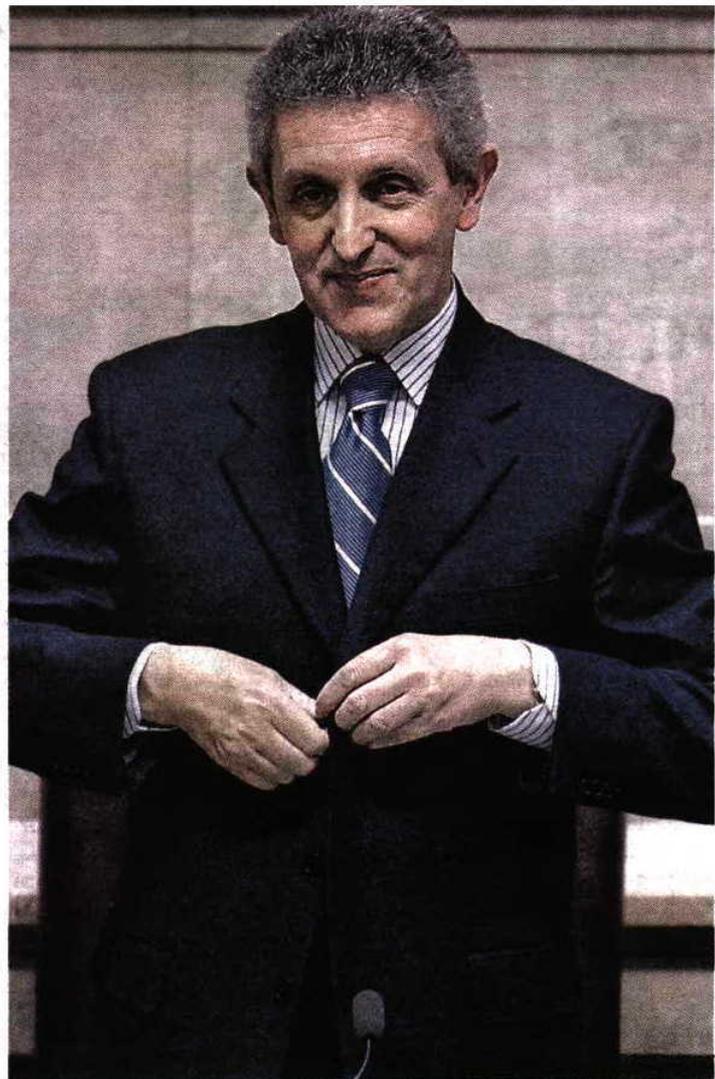
derivadas da queda dos mercados financeiros internacionais". Os deputados açorianos mostram-se essencialmente preocupados com uma eventual redução nos programas da FLAD já previstos para a região.

Dai perguntarem ao governo se o investimento no BPP foi estudado e analisado pelo executivo, se "alguma vez foi chamada a atenção para o especial risco de algum investimento" e se, em suma, o governo está disponível para suportar eventuais perdas da FLAD fruto da posição accionista (um pouco mais de 3%) no BPP.

## Lucro de 1,5 milhões

Ora, confrontado pelo DN com as dúvidas dos deputados do PSD, Rui Machete (antigo presidente dos sociais-democratas) rejeitou totalmente qualquer tipo de prejuízo para a fundação devido ao facto de ser accionista no BPP. Banco que, recorde-se, ao contrário do BPN, o governo decidiu não exercer qualquer tipo de intervenção.

"O documento parte de pressupostos errados", declarou ao DN Rui Machete, adiantando ainda que, em termos de dinheiro aplicado no Banco, a fundação tem "muito pouco" e os títulos que estavam a ser geridos, "estão a ser pagos". Posteriormente ao contacto, o presidente da FLAD enviou um documento ao DN no qual são elencadas as relações entre a FLAD e o BPP. A conclusão é esta: "O investimento na Privado Holding cifra-se assim, mesmo que, insiste-se, se



Mota Amaral está preocupado com a FLAD

**A FLAD teve um proveito de 1,5 milhões de euros no BPP**

**Rui Machete**  
Presidente da FLAD

proceda ao *wite off* das acções [isto é, mesmo que as acções valham actualmente zero euros], a um proveito total de 1.517 milhões de euros", os quais resultam da compra, em 2002, de acções do BPP, vendidas sucessivamente em anos posteriores, com uma mais-valia, segundo Rui Machete, de 954 mil euros, aos quais "há que acrescentar os dividendos recebidos até final de 2008 de 563 mil euros.

No mesmo documento, Rui Ma-

chete adiantou ainda que a FLAD vendeu, em 2007, todas as acções que detinha da Sociedade Lusa de Negócios (a holding do BPN), obtendo uma "mais-valia de 643 mil euros".

De acordo com o último Relatório e Contas do BPP disponível na Internet (do ano 2007) os maiores accionistas da Privado Holding são (empresa que detém o Banco) a Joma Adviseres (13,57%), o dono da SIC Francisco Pinto Balsemão (6,45%), a Savioti SGPS, do empresário Stephano Saviotti (6,33%) e Alfa Europa Eco (5,43%).

O BPP está a ser investigado pelo Ministério Público por suspeitas de crimes cometido no âmbito da gestão, que levou ao actual descalabro financeiro. Os inquéritos abertos estão na 9ª secção do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP) e são investigados pela P.I. ■



ID: 25759374

01-07-2009

# Mota Amaral diz que falência do BPP ameaça Fundação Luso-Americana

**Polémica.** Deputado do PSD questiona Governo. Rui Machete diz que FLAD teve lucro com o banco

Ex-presidente da Assembleia da República alertou o Governo para as consequências que uma eventual falência do Banco Privado pode ter na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, considerando que o investimento por ela feito no banco é de "alto risco". Mota Amaral, deputado eleito pelo PSD, quer saber que tipo de supervisão é que o Governo faz à actividade da FLAD. Caso o BPP de que a fundação é ac-

cionista com 2,02% do capital, não seja recuperável, o deputado questiona se o Governo vai assumir o eventual prejuízo da fundação.

Rui Machete, presidente da FLAD, discorda de Mota Amaral e diz que as suas dúvidas partem de "pressupostos errados", já que, garantiu, a ligação ao BPP rendeu à fundação 1,5 milhões de euros, mesmo que as acções, hoje, valham zero.

**POLÍTICA, pág. 9**



## Relatório do BPN acusa Constâncio de ocultar dados

A versão preliminar do relatório da comissão parlamentar de inquérito acusa o BPN, Banco de Portugal (BdP) e as empresas de auditoria *Ernest & Young*, *Deloitte*, *Bdo Binder* e *PriceWaterHouseCoopers* de recusar documentos e informações, escudando-se no sigilo profissional. "O Banco de Portugal, o Banco Português de Negócios e as empresas de auditoria *Ernest & Young*, *Deloitte*, *Bdo Binder* e *PriceWaterHouseCoopers* recusaram-se a fornecer os documentos e/ou informações solicitadas com o fundamento de que os mes-

mos estariam abrangidos por sigilo profissional, na modalidade de sigilo bancário e sigilo de supervisão", diz a versão preliminar do relatório, elaborada pela deputada do PS Sónia Sanfona



(na foto). O relatório será discutido no plenário dia 7.



ID: 25759986

01-07-2009

# Governo já conseguiu desbloquear moratória para desempregados

Quase quatro meses depois de ter sido anunciada, a medida chegou finalmente ao terreno. O bloqueio estava na confidencialidade de dados.

Margarida Peixoto

margarida.peixoto@economico.pt

Já há desempregados a beneficiar da medida que o Governo criou para ajudar a pagar as prestações do empréstimo à habitação. Quase quatro meses depois da moratória ter sido anunciada pelo primeiro-ministro no Parlamento, esta chegou finalmente ao terreno. É que só na semana passada é que o Executivo de José Sócrates conseguiu ultrapassar as questões de confidencialidade que envolvem os dados dos desempregados.

Os pedidos de adesão já tinham chegado há mais tempo, mas foi só na semana passada que a Caixa Geral de Depósitos deu o primeiro OK a uma moratória. Segundo apurou o Diário Económico, a medida tinha ficado travada - neste e em todos os outros bancos - sobretudo por causa de questões de confidencialidade no tratamento dos dados dos desempregados.

A moratória é uma medida de apoio do Governo que permite que quem esteja desempregado há pelo menos três meses adie - por um período máximo de dois anos - o pagamento de metade das prestações do empréstimo à habitação. Quem já está em incumprimento, pode mesmo pedir retroactivos a seis meses, aproveitando a ajuda para regularizar a situação.

Ora, para aprovar a adesão à moratória, os bancos precisam de saber qual foi a data exacta em que o cliente ficou desempregado. Só assim podem apu-

## AS REGRAS

● A moratória está disponível para todo o tipo de empréstimos para compra ou construção de casa própria, contraídos até 19 de Março. O pedido pode ser feito até 31 de Dezembro.

● É destinada a pessoas que perderam o emprego (por conta de outrem ou conta própria) e estão inscritos nos centros de emprego há pelo menos três meses.

● Permite adiar o pagamento de metade da prestação (até um limite de 500 euros de ajuda), mas só é aprovada se ficar claro que, uma vez accionada a moratória, o cliente consegue pagar a parte que lhe cabe.

● Bancos que aderiram à medida: CGD, Millennium BCP, BES, Santander, Banco de Investimento Imobiliário, BPI, Montepio, Barclays, União de Créditos Imobiliários, Banif, Finibanco, Caixa Central e BPN.

rar a partir de que prestação o beneficiário começa a usufruir do apoio - uma vez que as prestações não são pagas por todos os clientes no mesmo dia do mês.

Como a informação específica sobre o dia da inscrição no centro de emprego é confidencial - dizendo apenas respeito ao IEFP e ao desempregado - seria preciso encontrar uma forma de transmiti-la aos bancos sem que se quebrassem este sigilo.

O impasse fez com que os bancos tivessem começado a receber os pedidos, sem poderem, no entanto, aprová-los, mesmo que o cliente reunisse todas as condições necessárias.

O problema da confidencialidade não se concretizou, contudo, em nenhum processo na Comissão Nacional de Protecção de Dados. A questão foi resolvida, acrescentando uma alínea no formulário de adesão, onde o cliente do banco autoriza expressamente o IEFP a divulgar as informações sobre a sua situação profissional, àquela instituição bancária em concreto.

O Diário Económico apurou ainda que o Santander e o BCP também já têm o processo encaminhado, estando apenas a ultimar a aplicação informática que permite guardar este tipo de informação de forma a que não seja quebrado nenhum dos princípios de reserva dos dados. Deverão começar a validá-los ainda durante a primeira quinzena deste mês.

O atraso de quase quatro meses na implementação da medida tem consequências negativas para os desempregados. Em primeiro lugar, só a partir da data do OK é que começam a beneficiar do apoio. Além disso, para incluir os meses já em incumprimento no prazo da moratória, é necessário que o cliente tenha capacidade para repor metade do montante que está malparado. Ou seja, quantos mais meses ficar em incumprimento, mais difícil será regularizar a situação mais tarde. ■

## Prestação da casa vai voltar a descer

Quem tem crédito à habitação e tem de rever a sua prestação mensal no próximo mês tem razões para sorrir. Isto porque as taxas Euribor - que servem de referência para os empréstimos à habitação - voltaram a cair no mês de Junho, reforçando a tendência descendente que já se verifica desde Outubro passado. Só desde o início do ano, as taxas interbancárias já recuaram mais de 50%. Isto significa que para o caso de uma família com um crédito à habitação no valor de 150 mil euros, a pagar no prazo de 30 anos, calculado com base na média mensal da Euribor a seis meses de Junho (1,435%) e acrescida de um 'spread' de 1%, a prestação mensal vai cair para os 587,67 euros. Um valor que representa uma poupança significativa face à última revisão do empréstimo à habitação, feito com base na média mensal da Euribor no mês de Dezembro. Nessa altura, a prestação atingia os 748 euros.



## AS OUTRAS MEDIDAS QUE POD

### 1.

#### Fundos de arrendamento (FIIAH)

Os FIIAH permitem que quem tem dificuldades em pagar o crédito à habitação aliene a sua casa. Ao vender o imóvel ao fundo, a pessoa converte a prestação do crédito à habitação numa renda, baixando o valor da mensalidade em cerca de 20%. Há ainda vantagens fiscais. Por exemplo, permite isenção de IRS sobre as mais-valias e, além disso, deduzir em IRS as rendas pagas.

## A VIA MAIS BARATA PARA BAIXAR A PRESTAÇÃO DA CASA

Crédito à habitação de 150 mil euros, a 30 anos.

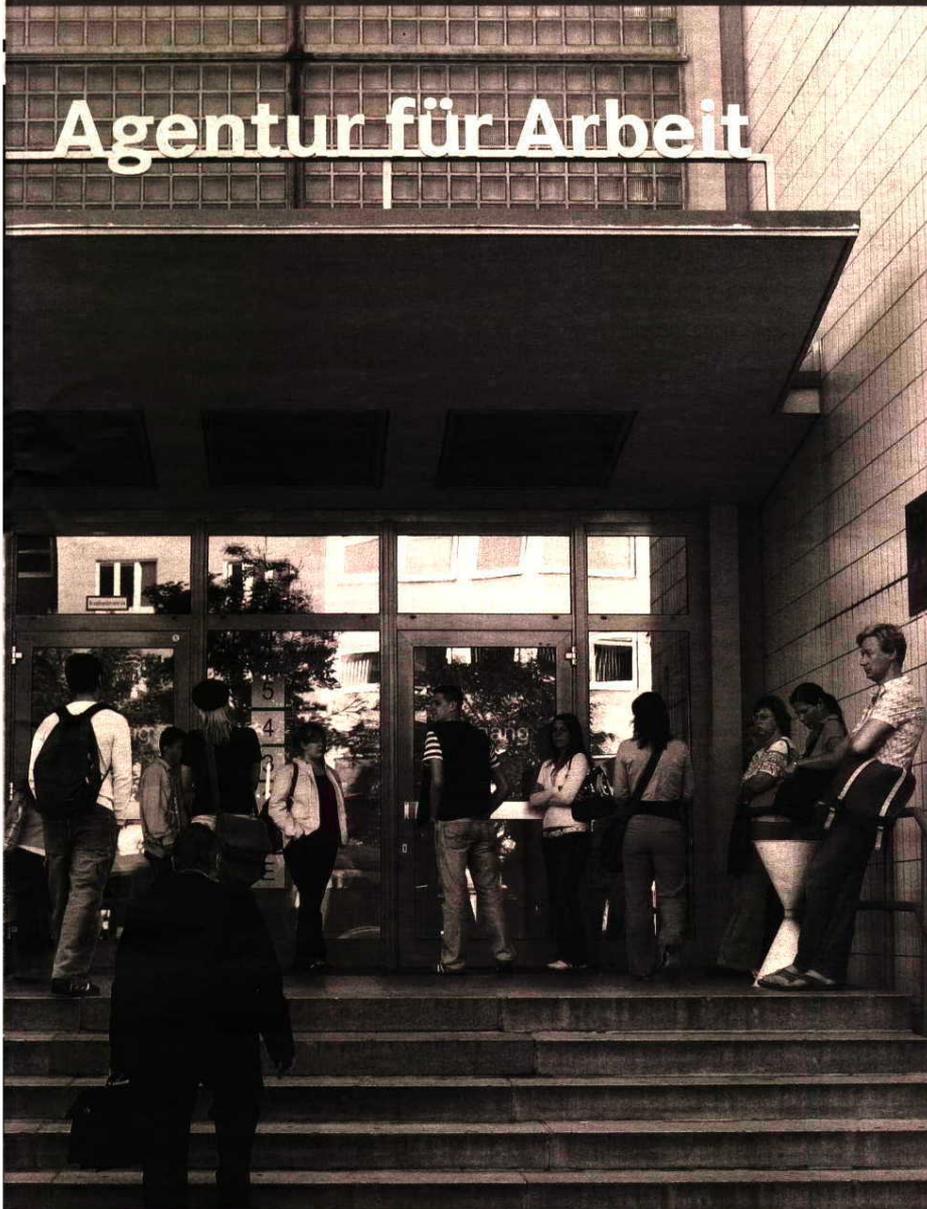
	Crédito normal	Moratória	Prazo alargado	Carência de capital
Prestação do crédito	635,16 €	*309,53€	539,92 €	**379,25€
Custo total do crédito	228.657,60 €	230.418,18 €	259.161,60 €	231.910,32 €
Diferença face ao crédito normal	n.a.	1.760,58 €	30.504,00 €	3.252,72 €

\* Depois dos 24 meses passa a pagar um total de 663,08 euros que corresponde à prestação normal de 635,16 euros acrescida de 27,92 euros do montante que ficou em dívida. \*\* Depois do período de carência de dois anos a prestação passa a ser de 663,12 euros. O alargamento do prazo considera uma extensão do empréstimo para 40 anos. No caso da carência de capital foi utilizado o exemplo de 24 meses iniciais em que o cliente só paga juros. Fonte: DE e DECO



Arnd Wiegmann / Reuters

INGE 3,5 MILHÕES DE PESSOAS. VERÃO NÃO AJUDOU A CRIAR TANTOS POSTOS DE TRABALHO COMO O ESPERADO.



O número de desempregados na Alemanha desceu em Junho para 3,41 milhões (menos 48 mil pessoas), mas esta reanimação – atribuída ao efeito sazonal que faz aumentar o trabalho temporários – ficou aquém do esperado, anunciou ontem a Agência Federal do Trabalho (BfA), em Nuremberga. A taxa de desemprego, desceu 0,1 pontos percentuais, para 8,1%. Em comparação com Junho de 2008, há agora mais 250 mil desempregados, sublinhou a BfA. Para o organismo, o recurso ao trabalho parcial, que abrange cerca de 1,5 milhões de trabalhadores, protegendo grande número de pessoas do desemprego, e o bom tempo deveriam ter tido “consequências ainda maiores”, e atenuado mais os efeitos da recessão. Em dados corrigidos das variações sazonais, o número de desempregados subiu em Junho para 3,5 milhões, atingindo o mais alto nível desde 2007.

### A ADEÇÃO À MORATÓRIA EM CINCO PASSOS

Estar sem emprego não chega, é preciso provar que pode pagar, pelo menos, metade das prestações da casa. Conheça todas as regras e passos para beneficiar do apoio do Estado.



**3º Dirija-se ao balcão do seu banco**  
É com a instituição que lhe concedeu o crédito que vai tratar todos os detalhes, sendo ela que lhe vai dizer a partir de que momento começará a beneficiar da ajuda. Se já tiver prestações em atraso, poderá pedir para que esses meses entrem dentro do prazo da moratória, regularizando a situação.

**4º Autorize o IEFP a divulgar os seus dados**  
Terá de dar autorização ao IEFP para informar o banco sobre a data em que ficou desempregado, um procedimento tratado, também, no banco. Este detalhe é importante para o banco saber a partir de que prestação poderá começar a beneficiar da moratória.

**5º Faça contas para pagar mais tarde**  
Deve colocar todas as perguntas e dúvidas para conhecer antecipadamente qual será a sua situação assim que a moratória acabar. É que não vai ter a dívida perdoada, só vai pagá-la mais tarde, suportando então novos juros sobre o montante que o Estado lhe adiantou. Veja todas as opções e faça as contas, para no final não ter surpresas.

#### EM AJUDAR OS DESEMPREGADOS A PAGAR A CASA

**2. Subsídio social de desemprego chega a mais 15 mil pessoas**  
A partir de hoje, o subsídio social de desemprego já está acessível para todos os desempregados cujo rendimento do agregado familiar não ultrapasse os 461,14 euros (em vez de 335,38 euros). O decreto-lei que prevê o alargamento transitório deste benefício foi ontem publicado em Diário da República. A medida deverá permitir que mais 15 mil pessoas acedam à prestação.

**3. Prestação social atribuída por mais seis meses**  
O Governo prolongou por mais seis meses a atribuição do subsídio social de desemprego que pode agora chegar a 18 meses. A medida abrange os desempregados que esgotaram o subsídio em 2009. A prestação social corresponde a 251,5 euros (60% do Indexante dos Apoios Sociais), majorado em 10% por cada filho, com um limite máximo de 419,22 euros.

**4. Majoração do crédito bonificado**  
A medida foi apresentada ao mesmo tempo que a moratória, mas chegou ao terreno mais cedo. Quem está desempregado e tem um empréstimo à habitação no regime de crédito bonificado tem direito, de imediato, a passar para um escalão de apoio mais favorável. Além disso, o cálculo da bonificação passa a ser mais vantajoso: em vez do bônus ser de 0,5%, passa para 1,5%.

**5. Suspensão de penhoras para quem tem salários em atraso**  
Segundo a actual regulamentação do Código do Trabalho, quem tem salários em atraso não pode ser alvo de penhoras (de casas ou carros) nem despejado por um senhorio, se não pagar a renda. Os credores não ficam sem rede: o Fundo de Socorro Social, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, assegura os pagamentos, cobrando o devido junto do empregador.

Fonte: Diário da República e Diário Económico.



# Desempregados já têm ajuda dos bancos para pagar prestação da casa

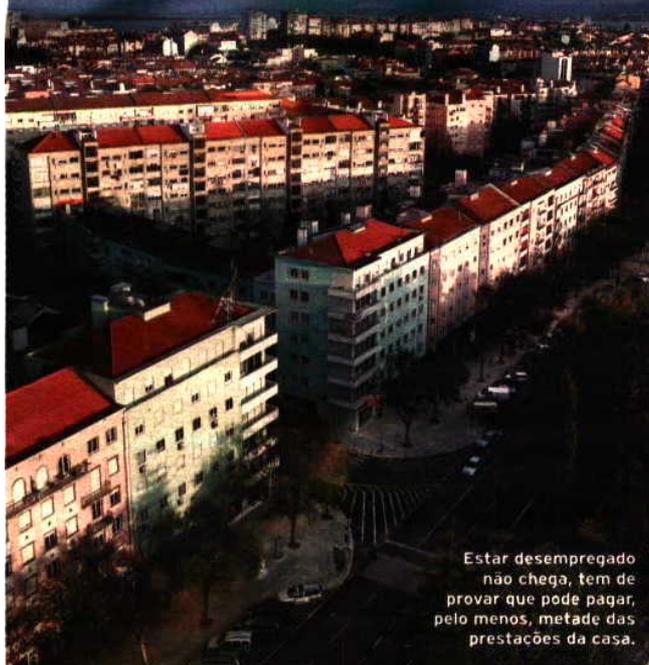
A Caixa foi o primeiro banco a disponibilizar a moratória no pagamento da prestação da casa que o Governo anunciou há quase quatro meses. O atraso ficou a dever-se a problemas com a confidencialidade dos dados dos desempregados. — P6



A moratória está disponível para todos os créditos à habitação. O pedido pode ser feito até 31 de Dezembro.



Conheça todas as medidas que podem ajudar os desempregados a pagar as prestações das suas casas.



Estar desempregado não chega, tem de provar que pode pagar, pelo menos, metade das prestações da casa.



BPN

## Contagem final

**D**e depois de meses de discussões, e até insultos, a comissão de inquérito ao caso BPN chega ao fim, com a votação do relatório final – responsabilidade da deputada Sónia Sanfona. Antes, debater-se-ão as conclusões, no plenário da Assembleia. A julgar pelo interesse com que foram seguidas as transmissões televisivas, esperam-se elevadas audiências. Sexta-feira, dia 3.





Caso BPN

# Relatório preliminar considerado “simpático com o Governo e BdP”

**Deputados da oposição na comissão de inquérito parlamentar** estão descontentes com os resultados apresentados na versão expositiva do documento e admitem mostrar **conclusões alternativas às da deputada socialista Sónia Sanfona**

**POR: RAQUEL MADUREIRA**  
rmadureira@meiahora.pt

**D**a comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN poderá sair não só um relatório final, mas vários documentos conclusivos, um por cada partido da oposição, caso a versão final seja tão “insuficiente” como o esboço feito pela deputada socialista Sónia Sanfona e analisado pelos deputados.

Ouvidos pelo *Meia Hora*, os deputados da oposição que ao longo dos últimos meses têm trabalhado na comissão de inquérito parlamentar ao BPN explicaram que a primeira versão com as conclusões do processo não espelha a realidade, estando mesmo a levantar algumas dúvidas.

Começando por explicar que, para já, “só conhecem o relatório expositivo”, João Semedo criticou o facto de “o PS andar a adiar o prazo [para apresentação do relatório final] e de até hoje não se ter comprometido em apresentar um prazo definitivo”.

**Insuficiente.** De acordo com o deputado do BE, pelo que se vê no relatório expositivo, “as conclusões são insuficientes, unilaterais, simpáti-

cas e condescendentes quer com o Governo, quer com o Banco de Portugal (BdP)”, no que diz respeito à supervisão feita por ambos ao BPN.

**Alternativa.** Acreditando que “é de supor que o relatório final também não inclua muitas das críticas ao BdP que foram feitas ao longo destes meses de trabalho” da comissão de inquérito, João Semedo afirmou que “não

**Deputado João Semedo diz que o esboço do relatório é “unilateral”**

resta outra alternativa se não apresentar outras conclusões” diferentes das do PS.

A intenção de apresentar conclusões próprias é também admitida pelos restantes deputados da oposição. O social-democrata Hugo Velosa coloca a possibilidade “se as conclusões finais não serem tão exaustivas” como se desejaria. Sublinhando que “não espera que isso aconteça”, o deputado do PSD acrescentou que “houve vários indícios ao longo dos trabalhos



**8 HORAS “NON-STOP”**  
LUÍS ANICETO

A audição de José Oliveira e Costa, antigo presidente do BPN, foi uma das mais animadas, polémicas e demoradas realizadas pela comissão de inquérito parlamentar ao caso

de que as conclusões acabariam por “ser polémicas”.

Honório Novo, do PCP, também “admite apresentar uma proposta alternativa” às conclusões”, à semelhança de Nuno Melo, deputado do CDS-PP, para quem a versão preliminar do relatório é “deficitária em relação a tudo que tem sido ouvido na comissão parlamentar de inquérito”.

**Sigilo.** Segundo a agência Lusa, que teve acesso à versão preliminar, o relatório acusa o BPN, o BdP e as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PricewaterhouseCoopers de terem recusado documentos e informações, escudando-se no sigilo profissional.

## Segredos

**Versão preliminar indica que há muitos dados em falta**

“Não foram entregues as auditorias realizadas pela Deloitte e pela Mazars”, a lista de créditos malparados, com condições e devedores, assim como os que foram perdoados ou que tenham “usufruído de condições anormais” e “as insuficiências detectadas”, diz o documento.



Caso BPN

# Oposição não aceita relatório e já se fala em elaboração de versões partidárias

PSD, CDS-PP, PCP e Bloco **não estão satisfeitos com as conclusões da comissão de inquérito** e vão agir 3»



ID: 25764687

01-07-2009

Versão final do caso será entregue amanhã

# Relatório acusa BPN, BdP e auditoras

Arquivo

A versão preliminar do relatório da Comissão Parlamentar de inquérito acusa o BPN, Banco de Portugal (BdP) e as empresas de auditoria Ernest & Young, Deloitte, Bdo Binder e PriceWaterHouseCoopers de recusar documentos e informações, escudando-se no sigilo profissional.

O esboço do relatório final explicita que foi recusada correspondência do BdP com a Deloitte, a Ernest & Young, o BPN e seus administradores, incluindo aquela que inclui os esclarecimentos sobre as operações e os relatórios de auditoria às contas do banco.



**Caso BPN.** Os deputados entreguem amanhã o relatório da Comissão Parlamentar

As entidades justificaram-se com o sigilo profissional, na modalidade de sigilo bancário e sigilo de supervisão, com o BdP a entregar pareceres de dois juristas que defenderam que a comissão não tinha poderes para decidir a quebra de sigilo profissional.

A disputa continuou quando a comissão pediu um outro ao jurista Nuno Piçarra, que acabou por defender que esta teria competência para levantar o sigilo.

As entidades acabaram por não responder positivamente e a comissão por não avançar para o Tribunal da Relação, sustentando o documento que a decisão sur-

giu por esta “**considerar legítimo o entendimento defendido pelo professor Nuno Piçarra, ao concluir pela competência da comissão para decretar por mote próprio o levantamento do sigilo**”.

Os deputados têm agora até às 12h00 de amanhã para entregar todos os contributos para alterar ou acrescentar a este relatório, que serão discutidas em reunião de comissão na próxima sexta-feira, também pelas 12h00.

A discussão e votação do relatório final decorre terça-feira, seguindo-se a apresentação em plenário na quinta.